



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

Parecer nº 1271876 / 2020 - PRE/DG/ASSED

1. Cuidam os autos de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, regida pela Lei nº 10.520/2002, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelos Decretos n.ºs 3.555/2000, 10.024/2019 e 8.538/2015, pela Instrução Normativa/MPOG nº 03/2018, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993 e pelas condições constantes no Edital do Pregão n.º 52/2020, que tem por objeto a contratação de prestação de serviço de vigilância eletrônica, incluindo o fornecimento e instalação dos equipamentos durante o prazo de vigência contratual, sem ônus adicionais para a Contratante e serviço de videomonitoramento 24 horas por dia (circuito fechado de televisão e alarme IP), nas dependências dos Fóruns Eleitorais localizados no interior do Estado da Bahia, de acordo com as especificações descritas no Termo de Referência – documento n.º 1225451.
2. Verificou-se o cumprimento das condições legais inerentes à fase interna do certame, conforme abaixo mencionado:
 - a. planilha padrão de estimativa de preços e manifestação da SEAQUI, documentos n.ºs 1195355, 1195358 e 1195366;
 - b. informação de disponibilidade orçamentária, documento n.º 1195598;
 - c. análise da legalidade da minuta pela Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos, documentos n.ºs 1199395 e 216453;
 - d. autorização de abertura do certame licitatório pela autoridade competente, em documento n.º 1208025;
 - e. designação de Pregoeiro e equipe de apoio, com juntada de cópia da portaria que designou o Pregoeiro e membro de equipe de apoio, documentos n.ºs 1209681 e 1226889;
 - f. documento referente à divulgação do Edital em meio eletrônico, publicação do Edital no D.O.U. e em jornal de grande circulação, documentos n.ºs 1226892, 1226895 e 1226943 .
3. Os procedimentos realizados durante o processo licitatório foram detalhadamente descritos pelo Pregoeiro, cujo relatório adoto.
4. Preliminarmente à abertura do certame licitatório, houve pedidos de esclarecimentos que foram devidamente respondidos pelo Pregoeiro após manifestação da unidade demandante, sendo realizado o devido registro no sistema Comprasnet, documentos n.ºs 1238450 e 1238504.
5. Aberta a licitação e efetuada a análise preliminar das propostas, verificou-se o início da etapa competitiva, tendo o Pregoeiro concedido oportunidade às empresas para apresentação de lances, assim registrados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico, documento n.º 1250405.
5. Observa-se que o Pregoeiro logrou êxito na tentativa de negociação para redução do preço dos dois lotes licitados.
6. Finda a etapa de lances, procedeu-se a fase de habilitação da empresa **PREMIER SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA.** Após a devida verificação, os documentos comprobatórios da licitante vencedora foram acostados aos autos.
7. Aberto o prazo para registro de intenção de recurso, houve manifestação por parte da licitante **AZIZ INFORMÁTICA LTDA.**, portadora do CNPJ nº 07.301.055/0001-80, para o Grupo 1-Lote 1 e para o Grupo 2, documento n.º 1250401.

8. Instada manifestar-se, a Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos, corroborando o entendimento encampado pelo Pregoeiro, opinou pela improcedência do recurso apresentado pela empresa AZIZ INFORMÁTICA LTDA., conforme o Parecer n.º 1267274, nos termos destacados do supradito opinativo, como vemos a seguir:

5. De logo, afirmamos nosso alinhamento ao posicionamento do Pregoeiro, devendo ser mantida a classificação e a habilitação da empresa PREMIER SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA. 5.1. Diante da ilegitimidade da premissa estabelecida pela Recorrente no sentido de que os serviços de videomonitoramento 24 horas seriam distintos do monitoramento por CFTV, conclui-se que os atestados apresentados pela Recorrida demonstram sua capacidade técnica, nos exatos termos do edital. 5.1.1. Com efeito, os serviços descritos nos documentos de habilitação encontram-se em total consonância com o objeto pretendido por esta Administração. 5.2. Quanto à classificação, não há reparos a fazer à conduta do Pregoeiro. A proposta da licitante continha todos os elementos exigidos na condição 4.2 do edital, a saber: valor total correspondente a prestação do serviço para cada item, durante todo o período da contratação (30 meses) e discriminação do objeto (que, na prática, se limita à cópia da descrição do edital). Ademais, questionada acerca do atendimento às especificações, a licitante corroborou o compromisso assumido quando do envio da proposta (mensagens constantes das páginas 47 e 51 da Ata – doc. n.º 1250405). 6. Considerando que o procedimento observou todos princípios que regem a licitação, opinamos pelo indeferimento do recurso interposto pela AZIZ INFORMÁTICA LTDA.

9. Nesse contexto, em que pesem as alegações e justificativas apresentadas pela recorrente, entende-se não lhe assistir a razão, de modo que resta frustrada sua intenção.
10. Assim, diante da manutenção da habilitação da licitante vencedora, sugere-se que os autos sejam encaminhados ao Diretor-Geral para indeferimento do recurso interposto pela empresa AZIZ INFORMÁTICA LTDA., com a consequente adjudicação dos lotes 01 e 02 à empresa PREMIER SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA., com base no art. 4º, XXI e da Lei n.º 10520/02 e art. 45, do Decreto n.º 10.024/19.
11. Após a adjudicação, o presente certame estará apto, podendo o presente processo ser encaminhado, com vistas à homologação do procedimento e convocação da empresa vencedora, para a celebração do contrato, nos termos do art. 4º, XXII da Lei n.º 10.520/02 e arts. 13, VI, VII e 46 do Decreto n.º 10.024/2019, bem como de acordo com o Relatório Final do Pregão, Resultado por Fornecedor, Ata de Realização do Pregão Eletrônico, documentos n.ºs 1264158, 1250412, 1250405.
12. Em linha com o princípio da publicidade dos atos administrativos, recomenda-se, s.m.j., que conste da aprovação da Autoridade Competente, o nome da licitante vencedora com o respectivo valor, de acordo com o Relatório Resultado por Fornecedor, documento n.º 1250412.
13. Ressalte-se que a futura contratada deverá manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 55, XIII, da Lei de Licitações e Contratos- Lei 8666/93.

À consideração superior.

Pedro Paulo Andrade

Assessoria Especial da Diretoria-Geral

De acordo.

Ao Diretor-Geral, para apreciação.

RONILDO DANTAS

Assessor Especial da Diretoria-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Paulo Andrade e Silva, Técnico Judiciário**, em 20/10/2020, às 16:38, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ronildo de Queiroz Dantas, Assessor**, em 20/10/2020, às 17:05, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1271876** e o código CRC **71436EBE**.
